

I - DOCTRINA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E BASE DA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E CUBA

Tenente-Coronel JOHN E. KIEFFER — U. S. Army. (Traduzido do "Boletim del Ejercito" (Cuba) de julho-agosto de 1954, por A. DE A. LIMA (*).

1 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GEOPOLÍTICA

A Geopolítica tem sido a ciência mais discutida e objeto de grande controvérsia desde os dias da alquimia. Sua história é tormentosa e caracteriza-se pelos mais violentos extremismos. Por um lado, ela tem sido desprezada, degradada e quase esquecida, mas por outro tem sido exaltada, divinizada, e elevada freqüentemente à categoria de "razão de ser" de todas as decisões políticas supremas. Sua complexidade está no fato dela não ser uma ciência pura, mas constituir uma fusão de muitas outras. Causa temor porque, tal a dama vaidosa que busca seduzir, ela é fácil de corromper. É vital, porque a existência futura de um Estado, e até de um indivíduo, pode depender dela.

Parece que não há dois geopolíticos que concordem quanto ao caráter e limitações exatas da Geopolítica, embora todos opinem que se trata de uma disciplina totalmente diferente de qualquer outra existente no campo das ciências políticas, ou da ciência em geral. Se por um lado utiliza métodos científicos, por outro não está subordinada às leis rígidas da ciência especulativa, porque seu âmbito envolve problemas relacionados com a humanidade e que não estão subordinados a leis científicas imutáveis. É bastante descritiva. A Geopolítica, ao contrário do que se passa com as outras ciências afins, não se satisfaz em descrever e explicar condições, mas vai muito além disso, procurando alicerçar as bases das decisões políticas que afetam, não a um simples Estado, mas a estrutura política fundamental e as relações com o mundo inteiro. Não se trata de um conjunto novo de teorias, de regras, ou de uma filosofia, mas de um sistema de operações, de um método de alcançar objetivos, um verdadeiro plano de ação praticado pelo Estado.

A definição da Geopolítica é o primeiro obstáculo a considerar-se, porque não se apresenta sob uma forma simples, concisa, universalmente adequada e aceitável. Rudolf Kjellén, que deu nome a esta disciplina, não pôde redigir uma definição que fôsse universalmente compreendida. Sua contribuição foi a seguinte: *A geopolítica é a teoria*

(*) O presente artigo foi transcrito da "Revista Marítima Brasileira" de Nov-Dez 54 — Também foi publicado na "Revista Militar" (Bolívia) ns. 213-214 de 55, 215-216 de 55 e 219-222 de 56.

do Estado considerado como órgão geográfico, ou como fenômeno no espaço. Com um tal início, compreende-se o receio dos geopolíticos ao terem que dar uma definição, dizendo que ela é a aplicação geográfica da política, ou a aplicação política da geografia. Os mais honestos diziam que a *Geopolítica é o que os políticos fazem*.

Essencialmente falando, a Geopolítica compreende uma variedade de temas, teorias e fatos. Pode ser apreciada como a teoria do procedimento internacional onde os desejos, ambições e necessidades da Pátria são considerados fatores supremos. Pode ser a base da política exterior, ou a política propriamente dita. É também um sistema de análise por meio do qual se estuda a formação de um Estado no meio social, político e econômico, e seu enquadramento estratégico e geográfico.

Quero crer que a Geopolítica seja um sistema de julgamento e análise, e embora a definição que concebi esteja ainda imperfeita e incompleta, é a que está sendo aceita como um último recurso, pelo que aqui a apresento como um ponto inicial: *A Geopolítica é o estudo dos elementos sociais, políticos, econômicos, estratégicos e geográficos de um Estado, indicando os métodos que ele possa usar para a formação e a fruição de sua política internacional e de seus objetivos*. Tudo o que eu posso dizer em sua defesa é que eu a entendo, embora os outros não a compreendam, o que já é bastante para um geopolítico.

A segunda pergunta de difícil resposta seria esta: Por que existe e como opera a Geopolítica? A Geopolítica é uma consequência natural do progresso e o reflexo dos nossos tempos. É, por natureza própria, um fenômeno essencialmente moderno, embora esteja profundamente enraizada no solo do passado. Temos exemplo disso na Era Napoleônica quando os grandes estrategistas do século XIX já haviam começado a raciocinar de acordo com a Geopolítica.

Na época atual, as relações políticas entre dois países afetam geralmente todo o mundo. Devido à melhoria crescente das facilidades de transporte, à interdependência econômica e aos armamentos de destruição em massa, as relações políticas internacionais podem comparar-se ao fenômeno que se observa quando lançarmos uma pedra às águas tranqüilas de um tanque. Os círculos concêntricos de água encrespada partem do ponto de queda da pedra, desenvolvendo-se os círculos numa série que se erija num maior ou menor grau. Nenhum Estado pode hoje permanecer totalmente à margem dos assuntos, ações e aspirações de cada um dos demais Estados. Discutirei mais detalhadamente este assunto na minha próxima conferência.

A Geopolítica é além disso uma consequência do nosso progresso industrial, tornado enormemente mais forte. O progresso da ciência e dos inventos, e o relêvo dado à mecanização, desenvolveram-se e permitiram um maior emprêgo dos recursos naturais. Devido, porém, ao fato da natureza não ter distribuído eqüitativamente tais recursos entre todos os Estados, o aumento da produção tem servido para avolumar a competição na obtenção das matérias-primas do Estado industrial. Um Estado que gozava outrora uma existência tranqüila e isolada, esquecido pelas grandes potências, pode hoje ser elevado a uma situação, difícil de explicar-se, de ser estrategicamente importante, porque possuía uma simples matéria-prima vital. Isso pode redundar numa situação inquietante e perturbadora para o Estado minúsculo.

A Geopolítica parte da Geografia Política, mas é preciso dar-se-lhe um sentido dinâmico. Ao examinarem o enquadramento político-geográfico de um país, os geopolíticos trocam o conceito — *"Isto é o que temos, mas como poderemos aproveitá-lo?"* pelo que diz: *"É disto que necessitamos; como poderemos obtê-lo a fim de conseguir o que dese-*

amos?" Esse sentido dinâmico foi o que abriu as portas da geopolítica à deturpação e acarretou-lhe a má reputação durante a segunda guerra mundial.

Homens do quilate de Karl Ritter, Frederich Ratzel e Heinrich von Treitschke, que podem ser considerados precursores desta ciência, esqueceram-se do fato de que, no âmbito da vida internacional, o esforço em prol da conquista dos objetivos políticos só é tolerado dentro dos limites da consideração e respeito aos direitos e prerrogativas dos demais Estados. Se a Geopolítica mantiver-se dentro da estruturação das normas da moral internacional, transformar-se-á então numa verdadeira bênção para qualquer país. Entretanto, fazendo-se uso dela sem a devida consideração pelos interesses de outros Estados, a Geopolítica transforma-se num instrumento de agressão e crueldade, conforme aconteceu durante o regime hitleriano, e ainda vemos hoje sob o domínio do Kremlin. Não podemos negar que tal orientação converter-se-á facilmente numa arma agressiva que poderá destruir a paz mundial. O proceder da nação que agir dentro de uma estrutura de geopolítica pura, influirá muito sobre a espécie da reputação que lhe faculte a dita ciência.

Com estas prévias palavras acauteladoras, examinemos a ciência geopolítica e suas premissas básicas. A Geopolítica tem suas origens na Geografia Política, na Filosofia, na História e na Estratégia, bem como na própria Geografia. Conforme dissemos, ela estuda o patrimônio e as insuficiências de um país e trata de determinar o ponto de alcance máximo do Estado dentro de suas limitações. A filosofia dá-nos a lógica e o raciocínio que permitem aos geopolíticos analisarem e deduzirem, desde que não se esqueçam de que devem obedecer a certos preceitos fundamentais. Por meio do estudo da história, ficaremos sabendo a reação que os Estados sofrem, quando são submetidos a diferentes estímulos políticos, quais são suas fraquezas, ambições, sonhos, ideais e esperanças. A história serve, em certo sentido, de laboratório ao geopolítico, pois que seu estudo proporciona ocasião para evitarmos os erros de ontem e predizermos, dentro dos limites prováveis, os que poderão ocorrer amanhã. Mediante uma análise cuidadosa pode até permitir que superemos os triunfos dos nossos predecessores.

O estudo da Estratégia é uma fonte de informação geopolítica muito importante. Enquanto as outras três podem indicar claramente o que se fará, a estratégia é o ramo que mostra como deveremos fazer. Ela é talvez o centro dinâmico da ciência. O sentido apropriado da Geopolítica exige que se aprecie a Geografia, bem como sua aplicação ao assunto que estudamos. Devemos acrescentar-lhe outros elementos, tais como a economia, a sociologia, a psicologia de uma nação, e outros inumeráveis fatores marginais.

A experiência tem demonstrado que a convivência entre Países só pode existir se eles formarem parte de uma grande família internacional. Todos os Estados devem desfrutar atributos de igualdade, independência e soberania, e todos devem ser respeitados sob as mesmas normas de igualdade. Os Estados que desrespeitarem estes princípios, fazem-no sob responsabilidade própria, e terminam sempre num desastre, depois de lançarem o mundo em guerras terríveis e cruentas. A aliança do Hemisfério Ocidental baseia-se presentemente neste postulado, e, embora ele não venha funcionando com perfeição, tem contribuído melhor que qualquer outro princípio para a defesa da paz.

O abandono de tais compromissos por meio de interpretações geopolíticas foi a causa da derrocada do Estado Alemão. A má interpretação e a deformação deliberada dos conceitos fundamentais da Geopolítica, como justificativa para uma agressão, contribuíram muito para

solapar o já vacilante Reich de Hitler. Esse ato de má fé não invalida as virtudes da Geopolítica de bons propósitos, do mesmo modo que a Química não poderá ser responsabilizada porque suas fórmulas estejam sendo empregadas na produção de gases venenosos. Serve até para mostrar que todas as ciências podem ser utilizadas para a prática do mal, se a pessoa que as empregar assim o entender. Desgraçadamente, porém, grande parte do conceito popular sobre Geopolítica baseia-se na escola de Munique e está muitíssimo distante da realidade.

Finalmente, a Geopolítica ocupa-se do poder do Estado e do seu empenho em assuntos internacionais. Estamos assim preparados para sair do campo da mera teoria e considerar os fatos e fatores em vez dos axiomas filosóficos. A Geopolítica reconhece seis fatores como unidades de medida na avaliação do poder do Estado e, a menos que esses fatores apareçam ou possam ocorrer, ou ocorram, em perfeita, ou quase perfeita combinação, a ambição que um País tenha de converter-se em grande potência está destinada a um enorme fracasso.

Conseqüentemente, a posse, ou a falta, daqueles fatores pode motivar uma agressão ou fornecer ao possuidor os recursos para alcançar seu objetivo. Eles podem controlar ou ditar decisões que não sejam facilmente visíveis ao resto do mundo. O fracasso inicial na aquisição de um deles pode causar o colapso do programa do Estado. Em resumo, eles representam o poder e, no caso de não se apresentarem em perfeito acôrdo, poderão significar uma derrota.

Se estudarmos separadamente os fatores, não será possível atribuir-lhes valores relativos de importância, visto que o grau de influência de qualquer deles, considerado separadamente, varia com a situação. Devemos portanto considerá-los como um complexo de poder e enumerá-los de modo arbitrário quanto à *extensão e forma, ubiicação geográfica, climatologia, recursos humanos naturais, e capacidade industrial, organização política e social*. Tem havido nos últimos anos uma certa tendência para acrescentar-se um sétimo fator — os recursos militares organizados — mas não podemos considerá-lo um fator permanente, pois decai às vezes como elemento de poder internacional, embora aumente seu potencial militar.

É claro que para existir um Estado é preciso que ele possa contar com território como base do poder militar de uma nação, pois doutra forma não haverá Estado. O tamanho do território influi muito no grau de poder que um Estado desfrutar, mas de maneira alguma representa um fator decisivo. Poder-se-á pensar que, quanto mais extenso for um Estado, tanto maior será seu poder, mas esse critério de julgamento não é perfeitamente certo.

A *extensão territorial* não é bastante, e os fatores deverão existir numa proporção suficiente, para garantia do triunfo. É bem possível que um país possua uma vasta extensão territorial mas tenha tanta deficiência de outros recursos que se torne uma potência secundária. O contrário disso também é certo. Freqüentemente, uma nação de superfície média, mas possuidora dos demais requisitos que lhe proporcionem recursos bastantes, poderá converter-se num elemento de valor mundial, e isso independentemente de seu tamanho. Um Estado relativamente pequeno pode, mediante a expansão, adquirir o que necessita, aumentando sua extensão territorial e seus fatores críticos até o ponto de conquistar o respeito e o reconhecimento mundial.

Todavia, no caso de uma agressão estrangeira, a extensão territorial desempenha um papel importante com relação ao potencial defensivo. Nessa hipótese, quanto maior for o país, maior será a probabilidade de êxito da defesa em profundidade, se for prolongada a resistência e se os

demais fatores não forem de funesta deficiência; haverá nesse caso máis probabilidade de uma vitória final. Os países pequenos são invadidos com rapidez e facilidade, ao passo que os de grande extensão, como a Rússia e a China, têm desorganizado freqüentemente as forças invasoras, cedendo o espaço territorial em troca do tempo ou alongando a linha de comunicação inimiga até rompê-la.

A *forma geográfica* de um País exerce uma influência importante na posição de um Estado e na sua política externa. A densidade territorial é preferível às configurações alongadas, quando se cogitar de um País que aspire adquirir poder mundial. Os Estados de dimensões extensas defrontam-se com o problema da defesa de fronteiras extensas, com suas regiões industriais e de matéria-prima muito próximas das fronteiras, e a capital da nação ao alcance fácil das forças invasoras. Nesse caso, sendo difícil a defesa das fronteiras, os invasores mutilarão irremediavelmente, e em pouco tempo, o País adversário. Estados como a Noruega, Itália, Suécia e Chile poderiam ser rapidamente invadidos e divididos. Os problemas de defesa de uma região como a do Chile, com 2.600 milhas de litoral e apenas 100 milhas de fundo, têm necessariamente que desempenhar papel importante na sua política.

A forma compacta favorece a defesa em profundidade: oferece melhor proteção às áreas vitais, dá um caráter mais positivo e indiviso, e assegura mais facilmente a defesa das fronteiras. Entretanto, e de novo como no caso da extensão, a densidade territorial não é por si só uma garantia de segurança e de poder, da mesma forma que o território amplo não constitui uma ameaça absoluta para a existência ininterrupta de um Estado. Alguns Estados bem compactos tornam-se vulneráveis em consequência de outros fatores, estando até muitos deles bastante fora do controle do País. A França, por exemplo, que é considerada o Estado protótipo em compacidade territorial, tem suas regiões vitais entre a capital e a fronteira mais vulnerável, mas tanto a capital como suas áreas de importância essencial acham-se muito próximas da fronteira de seu vizinho mais poderoso — a Alemanha. A História mostra-nos que foi essa circunstância que contribuiu para que o poderoso exército alemão compelissem a França a capitular, e somente mediante a ocupação de um trecho relativamente pequeno do território francês.

Outros exemplos de densidade territorial de valor duvidoso poderiam ser apontados, tais como a falta de fronteiras defendíveis naturalmente, fronteiras que não permitam uma delimitação apropriada, e regiões fronteiriças ocupadas por elementos dissidentes ou grupos irredentistas. A compacidade territorial, que tenha deficiências irremediáveis nestes elementos, também terá invalidada sua importância.

A *situação geográfica* desempenha também um papel quase vital, e nesse ponto devemos considerar a *ubiquação geográfica* em relação a outros pontos de consideração, de preferência à *ubiquação* baseada na latitude e na longitude. A Geopolítica interessa-se pela *ubiquação geográfica* em função das águas oceânicas e fluviais de *ubiquação estratégica*, acessibilidade e *ubiquação cultural* ou política. Cada um desses elementos de localização tem uma significação especial na posição geopolítica de um Estado e no seu nível de poder.

É um axioma geopolítico fundamental o fato de, se todos os demais fatores permanecerem iguais, o poder de um Estado e sua *posição no mundo*, assim como sua projeção política geral, variarem na razão direta do grau da acessibilidade marítima. De um modo mais simples, quer isso dizer que nenhum Estado sem fronteiras marítimas poderá converter-se numa potência mundial independentemente dos outros fatores. É possível que esse conceito possa modificar-se quando a "Era do Ar"

alcançar seu zênite. Até agora, porém, não há risco em aceitar-se como verdade a influência da ubiquação marítima em relação ao poder.

Em geral, quanto maior é o grau de acessibilidade ao mar, tanto maior é a oportunidade que uma Nação tem de converter-se em potência mundial. Há, entretanto, exceções a esta regra. Alguns Estados voltam as costas ao poder marítimo em favor do terrestre como fator dominante, porque seus interesses ou as ameaças principais aos mesmos estão principalmente ligados à terra. Tal foi o caso da França com relação à Europa Central e Ocidental. A preocupação que aquêlê País tinha em manter o poder terrestre deu à Inglaterra a excelente oportunidade de preocupar-se com o poder marítimo sem os obstáculos dos esforços e desafios por parte da França. Quando esta última nação desviou sua atenção do mar, entregou à rival o domínio dos mares, e a Armada Francesa converteu-se num elemento secundário de poder.

Alguns Estados, embora aparentemente bem aquinhoados com uma ubiquação marítima excelente, encontram-se literalmente arrojados para terra, em conseqüência de portos deficientes, litoral inabitável, ou devido à riqueza de suas zonas rurais. Esses Países não alcançam em muitos casos a posição de chefia entre as Nações. O caso recíproco dêste é o de um Estado com uma excelente ubiquação marítima, mas sem ter o que possa oferecer em prol da conquista do poder.

Finalmente, citemos o Estado insular que, a menos que possua uma grande extensão territorial e abundância de recursos, não poderá explorar sua ubiquação para converter-se em potência mundial. Um Estado isolado só alcança poderio mundial mediante a colonização em um continente acessível que permita expansão e exploração. O Estado ilhado acha geralmente que suas proporções, recursos naturais, povoação escassa e desenvolvimento local impedem-no de conquistar preeminência mundial como uma potência, a menos que não se estenda para outras regiões. É o que se vê claramente no caso da Grã-Bretanha, e do Japão.

Demonstramos uma vez mais a necessidade da existência de um equilíbrio entre os fatores do poder. Possuir abundantemente um dêles é tão prejudicial como possuí-lo no grau mínimo. Deverá existir sempre um equilíbrio apropriado. Há nações que têm explorado seu próprio poder terrestre num esforço para conquistar uma posição marítima adequada. O exemplo do que afirmamos observa-se na pressão que a Rússia faz para dilatar seu território na direção dos portos de águas cálidas, o que tem sido seu objetivo dominante na política internacional há vários séculos. Uma excelente situação marítima não é essencial para que uma nação seja poderosa, mas que desfrute também de algum poder militar. A ausência total dessa faculdade poderá retardar permanentemente que o Estado alcance o nível do poder desejado.

A *ubiquação geográfica* em função dos Estados vizinhos avalia-se geralmente sob o ponto de vista de forças comparativas. Reconhecemos se um Estado é forte em relação a outros fracos, ou a uma terceira espécie de Estados de forças comparáveis. Todos êsses valores de classificação são relativos e não finais, e variam de acôrdo com as diferentes combinações que possamos fazer. Um Estado poderá ser fraco numa comparação, forte noutra, e equivalente numa terceira.

A *situação cultural* exerce uma ação importantíssima sôbre o poder e sôbre a análise geopolítica. A possibilidade de um conflito de proporção mundial entre os Estados poderosos e de nível cultural idêntico é menor que uma luta entre países de cultura muitíssimo diferente. Nem todos os elementos das normas etnográficas ou culturais devem ser necessariamente os mesmos para que se assegure a cooperação, mas a heterogeneidade não deve ser de tal monta que possa separar aos povos vizinhos. Encontramos freqüentemente dois países de cultura diferente ;

mas aliados em seus esforços para se oporem à prática de atos hostis contra um terceiro estado cuja cultura é similar apenas à de um dos outros dois. Frequentemente, a semelhança do linguajar, a literatura e o seu objetivo; as convicções políticas e as perspectivas comuns de povos diferentes excedem os limites geográficos ou políticos.

A importância da *situação estratégica* é bem compreendida por quase todos os militares, de sorte que será desnecessário repetirmos seus princípios fundamentais nesta conferência. Há, porém, alguns pontos tão relacionados com a Geopolítica que vale a pena mencioná-los. Não devemos, por exemplo, limitar nosso exame da situação geográfica ao simples emprêgo das forças militares. A guerra moderna e a política internacional exigem que determinemos o valor estratégico de uma região em função de seu valor econômico e potencial para a defesa e o ataque; sua importância em relação à nossa capacidade para fazer a guerra de maneira melhor do que em função da nossa habilidade de empregar as tropas. O conceito moderno de defesa e ataque dá valores às regiões que têm estado esquecidas por muito tempo, e o caráter global da guerra moderna tem transformado materialmente o panorama geral da situação estratégica.

O postulado geopolítico diz que a importância de qualquer região ou situação estratégica não é constante, mas relativa e que varia com as circunstâncias. Os novos armamentos, os modernos aperfeiçoamentos nos sistemas de comunicações e as novas procuras de recursos naturais tendem a alterar o caráter da situação estratégica. Pensemos por um momento sobre o que sucederia ao caráter estratégico das regiões petrolíferas, se o emprêgo do poder atômico se tornasse universal.

A localização estratégica varia de valor de acôrdo com o ponto de vista de diferentes Estados, de sorte que uma região que seja de importância vital para um deles pode não ter valor algum para outro. Assim, pois, ao definir-se qualquer situação estratégica, devemos ter muito cuidado para não avaliarmos em excesso ou deficientemente os variados recursos importantes, não só com relação ao nosso próprio Estado, mas também relativamente aos cálculos dos demais Estados. Eis por que um geopolítico insistirá em dizer que é de capital importância aprendermos a pensar da mesma maneira que o faria um natural da região que estivermos examinando. É preciso, por exemplo, que nos coloquemos objetivamente no papel do inimigo, tal como o fará um cidadão leal ao país.

Devemos desde logo levar em consideração o *clima* de um Estado e neste caso deparamos novamente com alguma coisa de interesse evidente. Os povos e os governos prosperam num clima bom e suportável. Quanto mais rigorosas forem as características climáticas, tanto menor será o desenvolvimento político, muito embora não devamos dar valor demasiado a tal critério. Havendo aeronaves à disposição, as regiões que até agora dispuseram de recursos inexplorados, adquirem importância apesar das condições climáticas que tornarem impossível ou irrealizável a política. As regiões polares, que até bem pouco tempo eram inexploradas, e outras mais, definitivamente inóspitas, agora resplandecem de importância no pensamento estratégico. Há um critério básico na Geopolítica estabelecendo que uma região não precisa possuir poder ou potencial político atual para interessar irresistivelmente ou ter importância vital no planejamento nacional.

Um Estado ideal, possuidor de uma clássica situação estratégica e com um clima primoroso, não terá valor algum se fôr despovoado. Se um Estado deve converter-se em potência mundial, tem que possuir uma *população adequada* para lavrar as terras, fazer trabalhar as fábricas, travar batalhas e cooperar no comércio. Não é suficiente, contudo, a

posse de uma população bastante condensada, e tampouco de grande importância para a Geopolítica. A população grandemente condensada contribuirá com o potencial humano necessário. Os dois termos potencial humano e população diferem em significado e em aplicação: população é simplesmente o número total de pessoas que residem numa região determinada, e potencial humano significa o número de pessoas disponíveis e indispensáveis para a execução das necessidades de um Estado.

Quando o poder dependia simplesmente de enormes exércitos e de os Estados ganharem a guerra reunindo mais soldados, a população propriamente dita era um fator primordial. Hoje, porém, a capacidade técnica, o desenvolvimento industrial e a disponibilidade de profissionais treinados tornaram possível a um Estado, que disponha de uma população relativamente pequena, derrotar a um outro de maior população, quase independentemente do volume das forças armadas inimigas. O potencial humano, pois, exprime o número de homens e mulheres disponíveis, treinados, para que se possa chegar ao término da tarefa requerida.

As grandes populações têm um potencial humano maior que as pequenas somente quando os outros elementos essenciais de potencial humano estejam presentes de modo completo. Quando pensamos nos aspectos básicos importantes da população, queremos implicar a raça, o idioma, a religião e outros fatores etnológicos, que têm uma grande significação geopolítica. Poderemos recordar que Hitler avançou muito na sua doutrina sobre a supremacia da raça nórdica. Travaram-se guerras por motivos religiosos; a diversidade de idiomas trouxe a desconfiança e a suspeita, e um dos princípios básicos do Tratado de Versalhes, na Primeira Guerra Mundial, foi a doutrina da autodeterminação. Dentre os fatores que se referem exclusivamente à população, emergem os vários problemas das minorias raciais, minorias culturais ou étnicas com suas infinitudes de casos que embaraçam a um Estado. Tais fatores têm causado guerras, têm servido de meios de propaganda, e aberto o caminho para a destruição de alguns Estados, impedindo-lhes a unidade nacional.

O potencial humano, não obstante, dá-nos idéias sobre a educação, o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades técnicas; sobre a capacidade que o povo tem para produzir os recursos de que o Estado necessita, e os potenciais do progresso. Sua posição é mais econômica, do que etnológica. O potencial humano é sempre um fator fundamental na Geopolítica, ao passo que os problemas de população, que não tenham influência direta no critério geopolítico, estão fora dessa cogitação.

Um dos fatores geopolíticos mais importantes para o poder mundial está na *capacidade industrial* e nos recursos nacionais e industriais de um Estado. Com referência a esse fator, os geopolíticos podem estabelecer uma regra com base de pedra e cal. Para que um Estado chegue a ser uma potência mundial, é preciso que tenha seus próprios recursos essenciais dentro de suas fronteiras, bem como a garantia de acesso a eles, ou a habilidade para obtê-los. A distribuição dos recursos naturais é tal que, se a auto-suficiência fôsse o único meio para avaliar-se o poder mundial quase todos os países que ora existem seriam eliminados da lista, pois nenhum Estado possui tudo quanto necessita. Sendo isso indiscutível, a avaliação dos recursos naturais e a capacidade industrial devem depender do grau de insuficiência dos Estados, ou reciprocamente, do grau de auto-suficiência.

Embora nenhum Estado chegue a satisfazer à regra anterior, há várias regiões do globo que envolvem alguns Estados que podem quase alcançar o objetivo colimado. Mais de uma dessas regiões ou organi-

zações regionais baseiam-se em razões de poder, e não nas geográficas. Haja vista o caso da França e da Grã-Bretanha quase alcançarem o píncaro da auto-suficiência mediante seus impérios coloniais, ao passo que a auto-suficiência dos Estados Unidos e da Rússia depende de outros fatores muito diferentes.

Mas não basta a presença de recursos naturais. É preciso que eles sejam transformados em produtos utilizáveis por várias indústrias. Se o Estado não estiver em condições de fazer a transformação, seus recursos são apenas armas de poder potencial em vez de fatores existentes, e o Estado que puder encarregar-se da produção final receberá o benefício real. De maneira que a Geopolítica considera os recursos naturais e a capacidade industrial como uma simples unidade integrante.

Finalmente, e de nenhum modo menos importante, vêm o fator de *organização política e social* e os problemas de governo. Talvez nenhum fator isolado dê uma indicação mais clara de poder mundial que a habilidade demonstrada por um Estado ao procurar unificar sua população num grupo coeso e pronto para a ação e o progresso. É neste fator que a filosofia da ação política desempenha um papel importante.

Os Estados ingressam na esfera democrática por uma grande variedade de razões. Existem alguns cuja estrutura política baseia-se realmente nos mais altos ideais democráticos. Outros, porém, estão dentro da órbita democrática unicamente porque se opõem à filosofia comunista. Um terceiro grupo é constituído daqueles cuja existência nacional depende dos poderes democráticos, mas nos quais houve apenas um início de implantação do regime do governo do povo. Vêm por fim os Estados cuja forma governamental tem sido dilatada pela sorte da guerra sob o controle do país vencedor.

Numa segunda classe geral, encontramos um número quase igual de variedades, começando pelos Estados que preferiram escolher o grupo soviético. Devemos incluir nele o conjunto incorporado por meio da conquista indireta de elementos locais e cujo poder é mantido mediante a ameaça do poderio russo. Uma terceira categoria abrange os Estados que estão aliados e associados aos ditadores amigos da Rússia, e finalmente os Estados que pertencem a este grupo em consequência da conquista ou da ocupação direta.

Além desses dois grupos gerais, há um terceiro ⁺ que consta de *indecisos* que estão sempre prontos para entrar em qualquer um dos partidos. Essa categoria inclui os Estados que por sua posição geográfica estão ameaçados pelo poder de um dos grupos maiores, embora nutram simpatias pelo outro. Nessa classe geral classificam-se também os acordos regionais, conforme observamos no caso dos Estados árabes e da Índia. Encontram-se por fim as regiões semicoloniais ou as que foram antigas colônias e estão hoje abaladas pelas discórdias internas, instigadas pelo comunismo, e que deverão regular seus negócios internos, antes de ocuparem uma posição destacada na comunidade mundial.

Esses seis fatores que apontamos aparecem sob uma forma ou outra em qualquer situação geográfica. E isso é inevitável, porque, embora tratemos de invadi-la, é impossível deixarmos de encarar o fato de todo Estado ter extensão, forma, ubiquação geográfica, clima favorável, potencial humano para a realização do que for necessário, povoação para prover o potencial humano, recursos naturais para alimentar as indústrias, e uma organização política que dirija todo este complexo.

Para um Estado típico, a ausência ou a carência de um desses seis fatores produz o mesmo efeito que uma bandeira vermelha ao ser desfraldada à frente de um touro. Tais fatores tornaram-se símbolos de uma guerra agressiva, e a aquisição deles de uma forma perfeita, con-

verte-se num elemento impulsor de quase tôdas as relações internacionais do mundo.

Pode parecer nesta conferência que tenhamos dado um realce exagerado às bases da geopolítica, e que muito pouco foi dito sôbre o que possa ser considerado como um novo e muitíssimo alarmante caso. Mas é preciso que tenhamos referências que sirvam de ponto de partida para as próximas conferências. Na nossa dissertação vindoura abordaremos o exame geopolítico da presente crise mundial e apontaremos de modo menos fatigante alguns outros princípios fundamentais da ciência geopolítica.

(Continua)

*
* * *

ERRATA — O número anterior publicou na página n. 158, n. 5, "O Nosso Fatalismo é Ingênito" — N. 101-51 — Retifique-se para 100-51.

AS TRÊS GRANDES POTÊNCIAS DO FIM DO SÉCULO XX

"A posição relativa dos Estados Unidos na comunidade internacional poderá tornar-se mais fraca daqui a duas gerações. O seu poder absoluto aumentará. Em meio século sua população poderá chegar a 250 milhões ou mais. Sua produtividade per capita provavelmente aumentará. Seu potencial militar terá o vulto que sua população quiser. Mas outros países comparáveis em extensão territorial e em abundância de recursos naturais estão progredindo com mais rapidez do que os Estados Unidos.

A União Soviética tem agora uma superfície de 22.080.000 km², correspondente a duas vezes e meia a dos Estados Unidos. Sua população atual que é de 200.000.000, tem aumentado na proporção de.... 4.000.000 por ano. Seus cálculos demográficos não estão menos sujeitos a erros do que os outros; mas não será absurdo esperar que no fim do século a União Soviética tenha uma população de mais de 350.000.000, em um território imenso, dotado dos recursos necessários ao seu sustento. Industrialmente a União Soviética está aumentando a sua capacidade numa proporção mais ou menos comparável à dos Estados Unidos, embora tenha partido de base muito menor. Relativamente, a diferença deverá reduzir-se e a União Soviética bem poderá igualar os Estados Unidos.

Um terceiro contendor é o Brasil. Com uma superfície que seria igual à dos Estados Unidos se este tivesse dois Texas, uma população atual de uns 60.000.000 e um incremento anual de 1.500.000, uma capacidade de organização não desprezível e recursos naturais que têm sido comparados aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o Século XX com uma população de uns 125.000.000, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano.

ADOLF A. BERLE JR. — "O Mundo entre o Ocidente e o Oriente".